



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS  
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS  
SBS QUADRA 2 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – 1º ANDAR - CEP 70.070-929  
TEL: (61) 2022-5230/5277

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2014

### Creches e Pré-Escola

**Data:** 13/08/2014

**Local:** Auditório da Confederação Nacional da Indústria - CNI-SP, Rua Surubim 504, Brooklyn Novo, São Paulo - SP.

**Objetivo:** Esclarecer aos interessados os principais aspectos dos processos de aquisições públicas e levantar subsídios para o processo de licitação para construção de **Creches e Pré-Escola**, com a finalidade de dar continuidade ao processo aceleração da construção em todo o território nacional.

A presente ata conterá os principais pontos da audiência pública, uma vez que a audição da referida audiência, a lista de presença dos participantes, a apresentação sobre o Registro de Preços Nacional e a apresentação técnica das especificações preliminares estarão disponíveis no Portal de Compras do FNDE <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas/audiencia-publicas-2014/item/924-audiencia-publica-n-10-2014-creches-padronizadas> e no Processo Administrativo nº 23034.007094/2014-60 do FNDE, facilitando o acesso e a consulta dos interessados.

**Desenvolvimento:** A audiência foi presidida pelo Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Romeu Caputo que ao iniciar a audiência agradeceu a participação das empresas e demais presentes. Continuando, apresentou a equipe do FNDE que comanda o processo, começando pelos Assessores da Presidência Monica Gotti, José Carlos Freitas e dos demais setores do FNDE presentes. Nesse processo, além da equipe do FNDE, contou, também, com a parceria do Instituto Falcão Bauer, representado pelo Marcelo e sua equipe. A apresentação foi dividida em duas etapas: operacional e técnica. A parte operacional foi apresentada pelo Presidente Romeu Caputo e a parte técnica, propriamente dita, pela Assessora Monica Gotti. O Presidente Romeu Caputo informou ser o FNDE uma autarquia federal, com mais de 45 anos, vinculada ao Ministério da Educação e tem como missão prover estados e municípios de recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, visando garantir ensino de qualidade a todos os brasileiros. Na missão da educação superior o FNDE é o órgão operador do FIES e na missão da educação básica, o FNDE operacionaliza uma gama de programas: livro didático, material escolar, alimentação escolar, transporte escolar, equipamentos escolares, dentre outros. Para se ter a dimensão dessa missão o orçamento deste ano destinado a esses diversos programas deve

fechar em 60 bilhões de reais. O projeto em questão trata de construção de creches e pré-escola, sendo que a constituição atribui a obrigação da oferta de matrículas em creches e pré-escola aos municípios e DF. Dando continuidade, relatou que o FNDE sofreu uma reestruturação a partir da implantação do Projeto de Fortalecimento Institucional, e, em 2005 tornou-se oficialmente o Órgão responsável pelas grandes compras dentro do MEC e passou a utilizar somente o Pregão Eletrônico para suas aquisições, tendo como principais desafios atingir os mais de 5.500 municípios brasileiros e comprar produtos de qualidade e com especificações padronizadas. Em seguida, apresentou o Registro de Preços Nacional como modelo de licitação por meio de pregão eletrônico, adotado pelo FNDE, demonstrando passo a passo as etapas cumpridas para realizar um edital com produto de qualidade e seguro para os estudantes da rede pública da educação brasileira. A demanda, no caso de construções de creche e pré-escola, se baseia na necessidade expressa pelo ente federado no planejamento realizado no Plano de Ações Articuladas – PAR. Em seguida, especialistas geram a primeira proposta de especificação padronizada e com base no estudo de mercado realizado por órgãos especializados que apresentam dados econômicos, as cadeias produtiva a logística e referência de preço, se define a estratégia de licitação. O passo seguinte é realizar a audiência pública com a finalidade de consolidar as especificações técnicas e o modelo de aquisição. Com as contribuições provenientes da audiência após a análise da área técnica se realiza o pregão eletrônico no modelo de registro de preços nacional com abrangência para todas as regiões brasileiras. Após a homologação do pregão, os entes federados utilizam as atas disponíveis no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços – SIGARP. Nesse projeto o FNDE conta com as parcerias técnica do Instituto Falcão Bauer e financeira do Banco do Brasil. Explanou sobre a eficiência dos gastos públicos entre os anos 2008 e 2013 apresentando o valor estimado de R\$ 18 bilhões, tendo sido registrado o valor de cerca de R\$ 13 bilhões, apresentando uma economia de 22,95%, ou seja, R\$ cerca de 4 bilhões. Os preços registrados como referência são os obtidos das compras realizadas por estados e municípios e da composição dos custos de cada produto citado, ou seja, são referências de preços reais. Em seguida, a senhora Monica Gotti deu continuidade sobre construções escolares apresentando como melhorar a eficiência do processo e garantir edifícios com qualidade compatível às funcionalidades requeridas pelas atividades escolares, edifícios com padrões de desempenho assegurados, construção em larga escala, utilização de métodos construtivos racionalizados, garantia de prazos reduzidos, ampla participação do mercado, aplicação de procedimentos e materiais sustentáveis e manutenibilidade e durabilidade dos edifícios. A solução encontrada foi o Registro de Preços Nacional para Construção de Estabelecimentos de Ensino, tendo o primeiro projeto escolhido creches tipo B e C do Programa ProInfância. Os parceiros desse projeto são o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e o Instituto Falcão Bauer de Qualidade, instituição técnica acreditada pelo INMETRO para avaliação de novas metodologias construtivas, e certificação de obras. Informou que o embasamento legal para o registro de preços é o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, regulamentado pela Lei nº 12.462, de 5/8/2011. Explanou, também sobre os requisitos e critérios de desempenho de estabelecimentos de ensino público – norma 15575:

segurança abrange o desempenho estrutural, segurança contra incêndio e segurança no uso e operação; quanto à habitabilidade: Estanqueidade à água, desempenhos térmico, acústico e lumínico, saúde, higiene e qualidade do ar, funcionalidade e acessibilidade e conforto tátil e antropodinâmico; e sustentabilidade: durabilidade e manutenibilidade e impacto ambiental. Apresentou, também o primeiro Registro de Preços Nacional para Construção de Creches/Educação Infantil – Proinfância, seguiu com a apresentação dos seis cadernos de Diretrizes Técnicas para Apresentação de Projetos de Construção de Estabelecimentos de Ensino Público e posteriormente foi falado sobre o fluxo da primeira, segunda e terceira etapa da licitação. Por último apresentou o detalhamento sobre o projeto para o Segundo Registro de Preços Nacional para Construção de Creches/ Educação Infantil – ProInfância Tipo B Ampliado. Em seguida, informou aos presentes que o momento era oportuno para apresentação das contribuições dos participantes. Os pontos que mereceram destaque após a apresentação técnica por parte da Assessora Monica Gotti foram os seguintes: O senhor Eurico Marques, da empresa Ecobase fez considerações sobre a má qualidade da água que chega aos estudantes e questionou se há alguma previsão quanto, por exemplo, a filtragem da mesma. O Presidente Romeu Caputo informou que as escolas destinam-se a áreas urbanas e a responsabilidade por serviços desse tipo é do município. O senhor Vilmar, da Base PVC questionou se as esquadrias terão que atender à Norma nº 1574 e a Monica respondeu positivamente. O senhor Eurico Marques, da Ecobase perguntou se há previsão do uso de energia solar e o Presidente da audiência informou que não, tendo em vista que a responsabilidade é do gestor da municipalidade. O senhor Valter, da MVC, questionou se havia alguma expectativa de que a demanda ultrapassasse o quantitativo estimado de 1.500 unidades e a senhora Mônica respondeu afirmativamente, entretanto não se espera grande aumento. Perguntou ainda, se havia possibilidade de o castelo d'água e o muro serem fabricados em outro material. A resposta foi positiva, no caso do muro a alternativa será tela, e no caso do castelo d'água os estudos estão em andamento. Ainda o mesmo fornecedor consultou se o município poderia optar entre muro e tela na licitação corrente e a resposta foi negativa por parte da Assessora Monica Gotti. Ainda o senhor Valter indagou sobre a modulação do projeto padrão se as medidas poderiam ser alteradas na transposição. A senhora Monica respondeu que sim, há flexibilidade, desde que asseguradas as características do ambiente, e que a metragem total da escola não varie mais que 2%. O senhor João Ferreira, da JGA perguntou se poderia haver a substituição do sistema de esgotamento por sistemas pré-fabricados e a Camila da Coordenação de Infraestrutura do FNDE respondeu que esse item não era transponível no 1º edital, mas há a possibilidade de estudo. O senhor Marcelo do FDT questionou sobre a relação entre esgoto e água de reuso. A resposta da Monica foi negativa vez que os investimentos são consideráveis e existe dificuldade de garantir a qualidade da água. O senhor Valter fez outro questionamento sobre a possibilidade de migração da parte elétrica durante a transposição. A Engenheira Camila informou que a princípio, não, alegando questões de segurança. O senhor Valter perguntou se existe risco comprovado. A resposta da engenheira foi que o assunto será estudado. O senhor Vilmar, da Base PVC questionou sobre a medida da parede divisória (10cm) se o que prevalece é a medida ou as normas relativas ao barulho. A senhora Monica Gotti respondeu que a

prevalece a norma de desempenho. O senhor Frederico, da COFAR fez pontuações sobre a dificuldade de relacionamento com prefeituras/municípios, sugerindo padronização e medida de punição. O Presidente Romeu Caputo citou o pacto federativo como justificativa para algumas limitações legais do FNDE. Alegou, entretanto, que a relação entre fornecedor e município é contratual e deverá ser vista desta maneira. Também fez considerações quanto ao pioneirismo do FNDE em relação a determinadas iniciativas, como a das creches, argumentando que, com o tempo, há uma tendência à racionalidade. Por fim, alegou que a punição ao município é, ao fim, punição à criança e que a autarquia não aceitaria. A Assessora Mônica acrescentou que as regras editalícias devem sempre ser seguidas. O FNDE tenta melhorar sempre os editais, evitando brechas. Foram feitas outras considerações sobre as dificuldades logísticas no primeiro certame com a troca do processo de construção convencional pelo industrializado, alegando que falta segurança aos municípios, sugerindo explicitar ao máximo o edital. O Presidente Romeu Caputo declarou que a Prefeitura é cliente, não concorrente, e que suas peculiaridades devem ser levadas em conta pelas empresas. Em seguida, se despediu agradecendo à Confederação Nacional da Indústria pela cessão do espaço para a realização da audiência pública e aos presentes, mas precisava se ausentar devido a compromissos assumidos em Brasília. Senhor Henrique, do SISCOBRAS questionou se o FNDE sabe o déficit de crianças para as creches; se há limitador quanto aos valores inexequíveis; e se há previsão de novo edital. A Assessora Monica informou que a demanda é imensa e que o país necessita de pelo menos 10 mil escolas. O senhor Alisson, Pregoeiro do FNDE informou que a legislação permite algumas travas para não admitir preços muito aquém da previsão mas cabe principalmente ao fornecedor esse discernimento. A previsão para lançamento da próxima licitação é outubro, caso não haja imprevistos. O senhor André, da Casa Alta fez pontuações sobre a vinculação do seguro à assinatura do contrato. Questionou se é possível vincular à 1ª Ordem de Serviço, por exemplo. Mônica, do FNDE justificou que com a previsão de terraplanagem sob responsabilidade da empresa o pleito perde o sentido, mas que será estudado. A senhora Zilca, da MVC perguntou a respeito do PPCI A. Mônica alegou que fará parte da planilha. Padrão hidrante. O senhor Valdir, da Secretaria Municipal de Itapeverica da Serra/SP sugeriu maior economia de água. A senhora Danielle, do Instituto Falcão Bauer fez considerações sobre sustentabilidade, alegando que esta envolve todo o processo, não apenas o reaproveitamento de água, e que o assunto deveria ser pensado como um todo. Em seguida, a Assessora Monica Gotti estabeleceu o prazo de 10 dias para o envio de contribuições para o endereço eletrônico [diarp@fnde.gov.br](mailto:diarp@fnde.gov.br) para análise da equipe técnica. Agradeceu mais uma vez a presença de todos e a audiência foi encerrada às 12h.